



**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 410/2022

**Número de referência:** CGE-PRC-2022/00352 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria Estadual da Saúde

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Pedido de acesso acerca de servidores públicos da área da saúde que apresentam duplo vínculo (com 02 RPVs), conforme especifica. Atendimento da demanda. Provimento negado.

**DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 410/2022**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Saúde, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta, a Pasta informou para o interessado que "*para reunir todos os elementos para atender seu pedido de informação, necessitaremos prorrogar o prazo por mais (10 (dez) dias, devidamente amparado pelo §2º do artigo 15 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012*".
3. A ausência de resposta, em grau recursal de 1ª instância, motivou o apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, conforme atribuição prevista no artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, e, nos termos do artigo 27, incisos II e VII, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
4. Instada a sanar a supressão de instância, o órgão informou que "*as informações solicitadas estão disponíveis em formato eletrônico no Portal da Transparência e no Diário Oficial*." Cientificado, o requerente agradeceu, podendo-se presumir que houve o atendimento da demanda..
5. Em análise do caso concreto, verifica-se que o órgão atendeu a demanda ao indicar para o cidadão onde obter a informação requerida, em conformidade com o disposto na legislação vigente, motivo pelo qual, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, I e III, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do aludido Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com alterações posteriores.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 22 de dezembro de 2022.

Classif. documental

006.03.02.001

**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Antonio Carlos Santa Izabel  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202206053A